

Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: Sala de reuniões da Licitação, sito Avenida Duque de Caxias, nº. 635
(Centro Administrativo) - Londrina – PR.**

Data: 01 de setembro de 2015

Horário: 08h00 horas (1ª convocação) 08h30 (2ª convocação)

1 No primeiro dia do mês de setembro de dois mil e quinze realizou-se reunião extraordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina, na Sala de Licitações, localizada nas
3 dependências da Prefeitura Municipal de Londrina. Os participantes desta reunião foram
4 registrados em lista de presença devidamente arquivada. A reunião é iniciada em segunda
5 convocação às 8h41. **Apresentação e aprovação da pauta** – Acrescenta-se como ponto de
6 pauta o relato da reunião para eleição de representantes da regional Londrina na Conferência
7 Nacional. Com o acréscimo deste ponto a pauta desta reunião é aprovada. Assembleia
8 Regional para eleger representantes para a Conferência Nacional de Assistência Social –
9 Luana fala sobre a eleição realizada na assembleia regional sendo que o e-mail informando foi
10 recebido na quinta-feira e a reunião realizada na sexta-feira, sendo ela, Telcia, Edna e pelo
11 menos mais duas pessoas somente nesta reunião, a regional de Londrina tem 4 vagas para a
12 conferência nacional, sendo 2 govts e 2 não govts. Neste caso não havia representantes não
13 gov nesta reunião. Luana fala sobre os critérios e a moção de repúdio que foi assinada e que
14 a Telcia foi eleita. As vagas para a regional de Londrina são consideradas poucas. Discute-se
15 amplamente a divulgação da assembleia realizada e Gisele coloca que a reunião pode ser
16 invalidada e, para isto, o regimento interno da Conferência precisa ser estudado. Marcia coloca
17 que na última Conferência Estadual e também na Nacional não havia a possibilidade de
18 participar como observador. Sandra Nishimura registra que é importante que este Conselho se
19 manifeste por escrito, mas que o regimento deve ser realmente estudado como a Gisele
20 sugeriu, e que devemos nos preparar para participar desta Conferência. Gisele novamente
21 registra que a divulgação da Assembleia deveria ter sido melhor divulgada e que a delegação
22 de Londrina, ou seja, todos os delegados devem ser convocados e fortalecidos neste processo.
23 A Conferência Estadual será realizada nos dias 7, 8 e 9 de outubro, em Curitiba. Fica decidido
24 que a reunião dos delegados de Londrina será realizada no dia 28 de setembro, às 10h30, no
25 Centro Público. Encerrado este assunto, passe-se ao ponto de pauta seguinte. Chamamento
26 Público – Gisele toma a frente e relata que este ponto foi colocado a partir de uma reunião da
27 Comissão de Fundo. Na sequência faz uma apresentação sobre os procedimentos para o
28 chamamento público da Proteção Social Básica enfatizando a Lei 13.019, conhecida como
29 Marco Regulatório do 3º Setor. Esta lei deveria entrar em vigor em julho e agora, através de
30 Medida Provisória 684/2015, entrará em vigência no dia 27 de janeiro de 2016. Desta forma os
31 convênios firmados, e que não podem mais ser aditivados, serão mudados. A Secretaria
32 Municipal de Assistência Social de Londrina esteve na semana passada em uma reunião em
33 Paranavaí. Gisele coloca que diante disto este Conselho deverá decidir se todas as entidades
34 deveriam participar deste novo chamamento e, assim, se enquadrarem na nova lei. A
35 discussão continua e várias questões sobre estas mudanças são colocadas e respondidas. É
36 lembrado que este Conselho não discutiu a ampliação de metas. Telcia coloca que, como esta
37 lei pode ainda não entrar em vigor, os convênios devem ser firmados dentro das leis vigentes

Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

38 e que devemos acompanhar os trâmites da nova lei. Gisele coloca que este Conselho deverá
39 avaliar os prós e os contras deste enquadramento na nova lei. Telcia registra que as Leis
40 Municipais sofrerão alterações para se enquadrar na Lei 13.019, embora, pelo que tudo indica,
41 até pelo grande número de emendas (152) e alterações (160) apresentadas, ela ainda não
42 deverá entrar em vigência. Amplia-se a discussão e várias dúvidas são esclarecidas. Gisele
43 coloca que uma das maiores preocupações é sobre o serviço permanente, como, por exemplo,
44 crianças e idosos, que tem vínculo com esta ou aquela entidade. A discussão continua com
45 ampla participação. Outra decisão que este Conselho deve tomar é o tempo de aditivção,
46 sendo sugerido que seja de 24 meses. Após esta discussão, Gisele apresenta e comenta um
47 quadro que detalha os serviços de *Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, de *Proteção*
48 *Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosos* e *Sócio-Profissional e*
49 *Inclusão Produtiva*, e o de *Gestão de Benefícios, Sociofamiliar e Serviço (Programa) de*
50 *Qualificação Profissional e Aprendizagem*; no âmbito da Proteção Social Especial são
51 apresentados quadros de detalhamento do *Acolhimento Institucional Criança e Adolescente*,
52 *Acolhimento Institucional Adulto*, *Serviço de Proteção Social Especial por Pessoas com*
53 *Deficiência Idosas e sua Famílias, Média Complexidade – Oficinas CREAS II*, *Acolhimento em*
54 *República e Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI's*. Durante a apresentação
55 várias dúvidas são esclarecidas, o debate é amplo. Entre os assuntos discutidos está o valor
56 de repasse do Município e do Governo Federal, e registra-se que não há repasse do Governo
57 Estadual para o Município de Londrina. O ponto sobre o Fomento de Empreendimento
58 Solidários gera várias questões e sugestões, que voltarão a ser discutidas neste Conselho.
59 Sandra Nishimura registra a importância de se pensar a forma de avaliação das metas
60 estabelecidas, tanto de forma quantitativa e qualitativa. No item Gestão de Benefícios, Marcia
61 Valim solicita que deve ser registrado em ata que há uma possibilidade do aumento de meta e
62 do valor de benefício, pois a gestão anterior deste Conselho aprovou o orçamento municipal
63 com ressalvas, e esta seria uma delas. Também é amplamente discutida a importância do
64 Cadastro Único e Telcia ressalta que há vários desafios sendo enfrentados sendo que o
65 Município não pode ficar um dia sequer sem este serviço. Telcia conclama os delegados que
66 estarão na Conferência Estadual da Assistência Social para que levem mais esta demanda.
67 Marcia coloca que seria importante oficializar o Estado e o Governo Federal quanto a este
68 assunto. Na sequência, citando-se o CRAS, Telcia coloca que o Município deu um passo
69 importante em 2011 para municipalizar este serviço e que sendo respeitado um cronograma
70 estabelecido poderíamos em 2016 contratar os profissionais necessários para formação da
71 equipe de referência, inclusive criando os cargos, e, assim, avançar muito nesta questão.
72 Marcia também solicita que este tema retorne à pauta para aprofundamento da discussão. No
73 Acolhimento Institucional Criança e Adolescente registra-se a redução de 12 crianças para 10
74 por casa-lar, mas, sem redução de valor. Ressalta-se a realidade do Município, sendo que o
75 momento é delicado para que este serviço passe por mudanças. Há um indicador de 2
76 reduções por entidade, não por casa-lar. Telcia registra que, às vezes, uma única família chega
77 ao abrigo com 8 crianças. Gisele coloca que o pacto que foi feito é que o valor da meta/do
78 repasse não seria mudado, mesmo com redução do número de crianças, ou, pelo menos, é o
79 que os administradores das casas-lares esperam. Discute-se que se levante o custo por casa-

Ata da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

80 lar e, após análise, o valor de repasse não seja tratado por meta. Gisele coloca que a Operação
81 Noite Fria não será mais realizada através de aditivo e passa a fazer parte do orçamento.
82 Gisele também informa que no Acolhimento Institucional Adulto a Casa do Bom Samaritano
83 comunicou que reduzirá o atendimento de 79 metas para 50. Aprova-se que os contratos
84 vigentes serão aditivados em 24 meses, podendo ser revistos quando a Lei 13.019 entrar em
85 vigor. Delibera-se que a próxima reunião terá pauta única para continuidade destas discussões
86 e pendências desta reunião. Karoline informa que as eleições complementares serão
87 realizadas no dia 11 de outubro e pede que os Conselheiros colaborem na divulgação. Relatos
88 das Comissões – Annelise informa que a Comissão acompanhamento e análise reuniu-se na
89 semana passada e que está sendo feito um levantamento dos documentos recebidos. Delibera-
90 se que se dará um prazo para recebimento da documentação, será dado o prazo de 30 dias
91 para os que precisam complementar. Karoline deixa claro que este não será motivo para
92 cancelamento da inscrição, mas que providências devem ser tomadas para solucionar as
93 pendências. Karoline também sugere uma capacitação sobre esta responsabilidade. Informes
94 – Paulo informa sobre a realização da Conferência Municipal da Habitação e a importância da
95 participação deste Conselho. Palavra aberta aos Usuários – Conforme relatado na última
96 reunião, Carlos informa que estará em Curitiba nos dias 9, 10 e 11 de setembro e que a
97 documentação que daquela cidade trouxe foi apresentada na Comissão de Fundo e teve
98 acompanhamento da Gisele. Delibera-se que será feito ofício sobre o repasse de recursos do
99 Governo do Estado para o Município de Londrina, Carlos o levará em mãos. Registre-se que a
100 lista de presença é documento integrante desta ata. Os demais pontos de pauta foram
101 transferidos para serem pautados assim que possível. Sendo o que se tinha a ser discutido a
102 reunião é encerrada às 12h48. Sendo o que havia a ser relatado, eu, Eloyr Doin Pacheco, 1º
103 Secretário deste Conselho, redijo a presente ata que será encaminhada para apreciação e
104 aprovação.